

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

### Projeto de Lei nº 0216 /2006.

Autoriza a criação do Programa "BANCO DE ALIMENTOS DE FORTALEZA", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Fortaleza aprova:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do programa "Banco de Alimentos de Fortaleza", com objetivo de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente ou através de entidades previamente cadastradas às pessoas e/ou famílias que não disponham de meios de alimentar-se.

Parágrafo único - O programa terá como principal objetivo arrecadar junto a indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões e assemelhados, os alimentos, industrializados ou não, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização sem, no entanto, terem tido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano.

Art. 2º - Ao Poder Executivo caberá a coleta dos alimentos doados, através de veículos adequados e devidamente autorizados pela autoridade sanitária municipal, mediante solicitação do doador.

Parágrafo único - Poderão habilitar-se como doadores pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

Art. 3º - A distribuição de alimentos às pessoas ou famílias poderá ser através de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto ao Executivo.

§ 1º - As entidades assistenciais que promoverem a distribuição de alimentos deverão informar semanalmente as pessoas e ou famílias atendidas com as doações do Programa objeto da presente Lei.

§ 2º - As entidades que promoverem a distribuição de alimentos deverão preservar a identidade dos beneficiários finais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

---

Art. 4º - Ao Poder Executivo, através da Secretaria competente, caberá a coordenação do Programa, visando a racionalização, coleta e distribuição dos alimentos, bem como o incentivo à participação da sociedade civil no presente Programa.

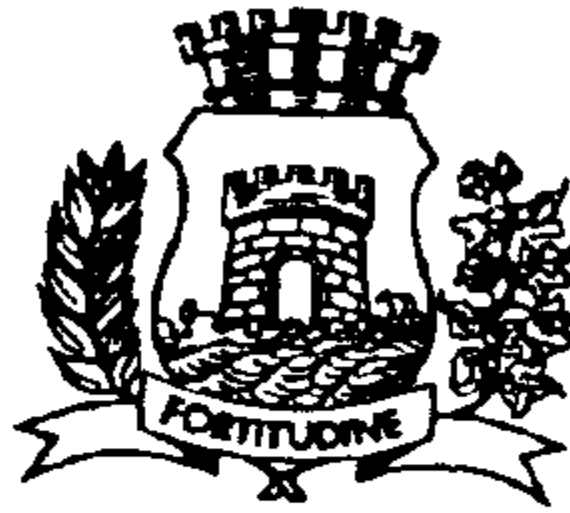
Art. 5º - O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimento e estímulo à doação, redução de desperdício, aproveitamento integral de alimentos e demais atividades de educação para o consumo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO 24, DE maio DE 2006.

  
VEREADOR JOSÉ DO CARMO



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

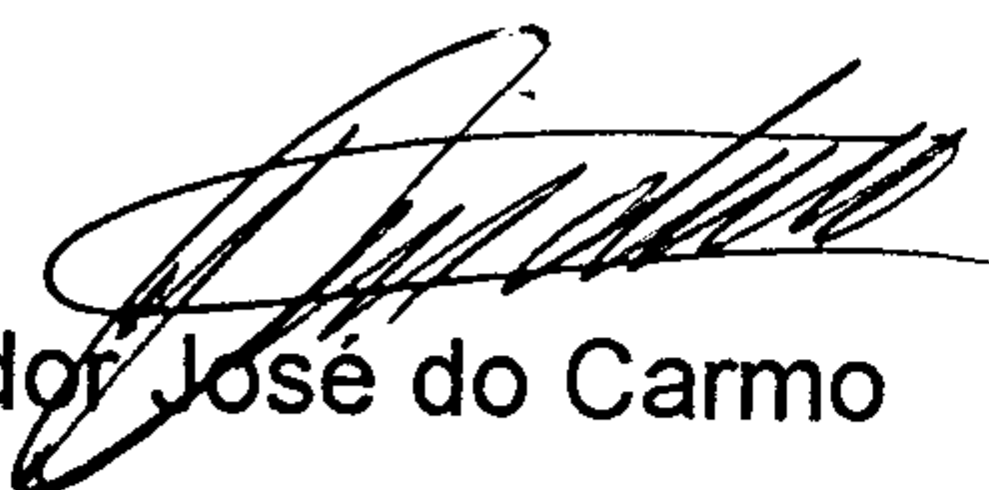
---

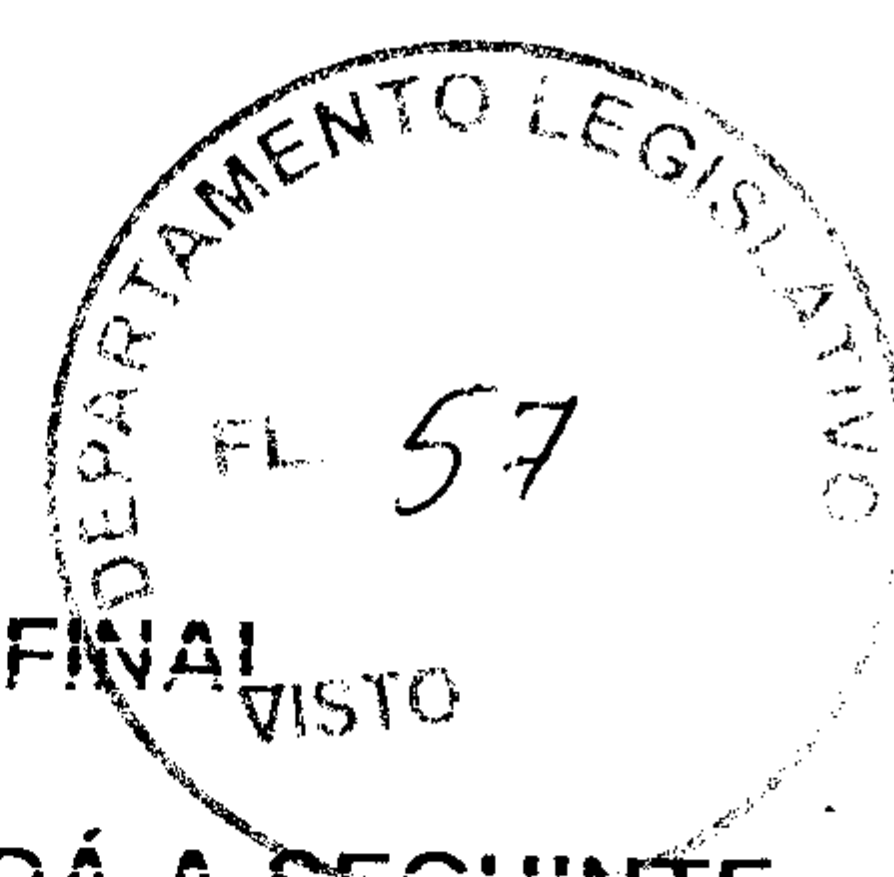
### **Justificativa**

A proposta ora trazida a apreciação de Vossas Excelências tem como cerne minimizar o problema da fome em nossa cidade, através do incentivo de ações de responsabilidade social.

O conteúdo da matéria vislumbra despertar o sentimento de solidariedade, bem como estimular campanhas de conscientização contra o desperdício de alimentos.

Certo de tratar-se de assunto de elevado interesse social, submeto a matéria à vossa análise e posterior aprovação.

  
Vereador José do Carmo



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE  
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 0216/2006.**

*Autoriza a criação do Programa  
Banco de Alimentos de Fortaleza  
e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º** Fica autorizada a criação do Programa Banco de Alimentos de Fortaleza, com objetivo de captar doações de alimentos e promover sua distribuição, diretamente ou através de entidades previamente cadastradas, às pessoas e/ou famílias que não disponham de meios de alimentar-se.

§ 1º O programa terá como principal objetivo arrecadar junto a indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões e assemelhados, os alimentos, industrializados ou não, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização sem, no entanto, terem tido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano.

§ 2º O Programa Banco de Alimentos de Fortaleza será vinculado às políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, e de assistência social do Município, com gestão, estrutura e finalidades estabelecidas nesta Lei.

§ 3º O Programa Banco de Alimentos de Fortaleza terá prazo de duração indeterminado.

**Art. 2º** São finalidades precípuas do Programa Banco de Alimentos de Fortaleza:

I – proceder à coleta, ao acondicionamento e armazenamento de produtos e gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo, provenientes de:

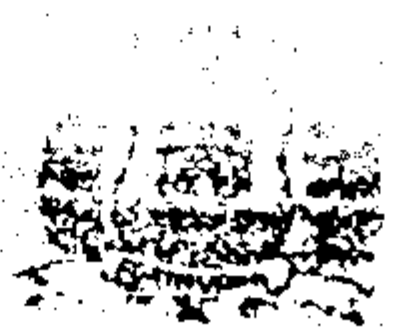
a) doações de estabelecimentos comerciais e industriais que produzam e comercializem, no atacado ou no varejo, produtos, gêneros alimentícios ou refeições;

b) apreensão por órgãos da administração municipal, resguardada a aplicação das normas legais e regulamentares próprias;

c) doações de órgãos públicos ou de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

II – efetuar a distribuição dos produtos e gêneros disponíveis para:





- a) creches, escolas, albergues e outros equipamentos sociais vinculados à administração municipal;
- b) entidades assistenciais privadas regularmente constituídas, e organizações comunitárias, situadas no município de Fortaleza, previamente cadastradas e indicadas pela Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS);
- c) unidades de defesa civil municipal, em situação de emergência ou calamidade;

III – promover cursos de educação alimentar e nutricional e de capacitação, destinados a difundir técnicas de redução e eliminação de desperdícios e garantia da qualidade sanitária no preparo de alimentos;

IV – promover estudos, pesquisas e debates sobre temas relacionados com a segurança alimentar e nutricional e os instrumentos para erradicação da fome;

V – promover intercâmbio permanente de experiências com entidades nacionais e internacionais, que operem programas com objeto e fim semelhantes aos do Programa Banco de Alimentos de Fortaleza;

§ 1º Além dos produtos e gêneros alimentícios obtidos na forma deste artigo, o Programa Banco de Alimentos de Fortaleza poderá aceitar cessão gratuita ou doação de móveis, utensílios e equipamentos destinados ao preparo, armazenamento, acondicionamento, avaliação e transporte de alimentos, os quais serão objeto de catalogação específica.

§ 2º Excetuados os custos indiretos, decorrentes da estrutura funcional, incluídos o transporte e as demais atividades decorrentes das finalidades descritas na forma deste artigo, a arrecadação dos produtos e gêneros alimentícios referidos neste artigo far-se-á sem ônus para o Município.

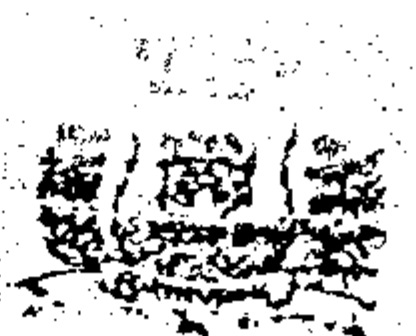
**Art. 3º** Ao Poder Executivo caberá a coleta dos alimentos doados, através de veículos adequados e devidamente autorizados pela autoridade sanitária municipal, mediante solicitação do doador.

§ 1º Poderão habilitar-se como doadores pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos referidos no § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 2º Deverá participar das equipes de coleta e de distribuição, bem como das equipes de plantão, pelo menos 1 (um) profissional legalmente habilitado a aferir e atestar estarem os produtos e gêneros alimentícios, *in natura*, industrializados ou preparados, em condições apropriadas para o consumo.

**Art. 4º** A distribuição de alimentos às pessoas ou famílias poderá ser através de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas junto ao Executivo.

§ 1º As entidades assistenciais que promoverem a distribuição de alimentos deverão informar semanalmente às pessoas e/ou famílias atendidas com as doações do programa objeto da presente Lei.



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COORDENADORIA DA SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



§ 2º As entidades que promoverem a distribuição de alimentos deverão preservar a identidade dos beneficiários finais.

**Art. 5º** Ao Poder Executivo, através da Secretaria competente, caberá a coordenação do programa, visando à racionalização, à coleta e à distribuição dos alimentos, bem como o incentivo à participação da sociedade civil no presente programa.

**Art. 6º** O Programa Banco de Alimentos de Fortaleza ficará vinculado administrativamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e será gerido por um Conselho Gestor, composto por representantes da Prefeitura Municipal e de entidades diretamente envolvidas com ações na área de segurança alimentar e nutricional, cujos membros serão nomeados por ato do chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos.

*Parágrafo único.* A condição de membro do Conselho Gestor será considerada serviço de caráter relevante, não fazendo jus a qualquer remuneração, salvo a necessária ao cumprimento de missão oficial.

**Art. 7º** O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimento e estímulo à doação, redução de desperdício, aproveitamento integral de alimentos e as demais atividades de educação para o consumo.

**Art. 8º** Para a consecução das finalidades do Programa Banco de Alimentos de Fortaleza, a Prefeitura Municipal poderá celebrar convênios com outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, bem como com pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

**Art. 10.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA, EM 04 DE Dezembro DE 2006.

**Presidente**